



EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAIS

DIGITAL EDUCATION AND INCLUSION

Renata Primo de Sousa Paz (UNILAB – renataprimo@unilab.edu.br)

Ana Célia Lopes Cavalcante (UNILAB – anaclcavalcante@gmail.com)

Antonio Leonardo Moreira de Aquino (UNILAB – leonardoaquino1986@outlook.com)

Bárbara Eleodora Santiago Gomes (UNILAB – barbara@unilab.edu.br)

Júlio César Lopes de Oliveira (UNILAB – Juliolopes1110@gmail.com)

Lisimére Cordeiro do Vale Xavier (UFC – lisirobert@yahoo.com.br)

Maria Jucilene Freire Lopes Marinho (SEDUC – jucilenef@gmail.com)

Maria Ravelly Cordeiro Xavier (UNILAB – ravellyxavier@yahoo.com.br)

Pedro Bruno Silva Lemos (UNILAB – pedrolemos@unilab.edu.br)

Antônio Roberto Xavier (UNILAB – roberto@unilab.edu.br)

Resumo:

Sabe-se que a informática nas escolas brasileiras é considerada como uma cultura nova. Talvez por isso, haja uma certa resistência por parte de alguns docentes, principalmente daqueles de formação tradicional e que não tiveram acesso ao uso das mídias digitais e desconhecem ou ignoram os inúmeros recursos que o uso correto das TIC proporcionam no redimensionamento metodológico do ensino-aprendizagem. Por estas e tantas outras razões é que as ações estratégicas de ensino-aprendizagem no tocante a educação e inclusão digitais devem ser implementadas, redimensionadas, avaliadas e efetivadas com maior intensidade. Nesse sentido, percebe-se que o ambiente mais propício a qualificar os sujeitos sociais é exatamente as escolas. Deste modo, o presente trabalho analisa com a inclusão digital no contexto educacional é parâmetro indissociável, visto que, necessariamente caminha objetivamente com o propósito de letrar, formar, capacitar digitalmente, os sujeitos que ensinam e que aprendem na citada sociedade cibercultural do novo milênio. Não obstante, conclui-se que no âmbito dos espaços educacionais uma das ferramentas exigidas e indispensáveis para a promoção da inclusão digital é o uso eficaz de computadores. Dessa forma, conclui-se ainda que a comunidade escolar para estar incluída digitalmente necessita conviver e interagir com as máquinas, com os recursos educativos, ter acesso e treinamento específico, adequado e contínuo no que diz respeito às tecnologias socioeducativas.

Palavras-chave: Educação; Inclusão digital; Tecnologias; TIC.





Abstract:

It is known that the information in Brazilian schools is considered a new culture. Perhaps this is why there is a certain resistance from some teachers, especially those of traditional training and who did not have access to the use of digital media and are unaware of or ignore the many features that the correct use of ICT provide methodological resizing the teaching-learning. For these and many other reasons it is that the strategic actions of teaching and learning in regard to education and digital inclusion should be implemented, scaled, evaluated and effect with greater intensity. In this sense, it is clear that the most conducive environment to qualify the social subjects is exactly the schools. Thus, this paper analyzes with digital inclusion in the educational context is inseparable parameter, since it necessarily objectively walks with the purpose of teach, form, digitally empower the subjects they teach and learn in said cyberculture society of the new millennium. Nevertheless, it is concluded that in the context of educational activities of the required tools and indispensable to promote digital inclusion is the effective use of computers. Thus, we conclude also that the school community to be included need to digitally mingle and interact with the machines, with educational resources, access and specific training, adequate and continuous with respect to socio-educational technologies.

Keywords: Education; Digital inclusion; Technologies; ICT.

1. Considerações iniciais

Sabe-se que as inovações tecnológicas no mundo contemporâneo podem condicionar novas formas de desigualdade e exclusão de uma gama de trabalhadores que não são qualificados tecnologicamente. Em razão disso, é dever do Estado programar políticas públicas educacionais que proporcionem a inclusão dos sujeitos que ensinam e que aprendem nos vários campos de atuação e esferas do ensino-aprendizagem. Na realidade, os meandros da inclusão consideram predominantemente o campo educacional como o terreno mais propício e fecundo para a implementação de políticas de inclusão digital, visto que estas fomentam sempre a educação no seu aspecto qualitativo, pois a formação, a capacitação, a qualificação e a constante requalificação dos agentes educacionais são pressupostos eminentemente necessários à inserção produtiva que indubitavelmente promove a inclusão social.

Desse modo, a inclusão digital no contexto educacional são parâmetros indissociáveis, visto que, necessariamente caminham objetivamente com o propósito de letrar, formar, capacitar digitalmente, os sujeitos que ensinam e que aprendem na citada sociedade cibercultural do novo milênio.

Não obstante, se sabe que no âmbito dos espaços educacionais uma das ferramentas exigidas e indispensáveis é o uso eficaz de computadores. Dessa forma, a comunidade escolar para estar incluída digitalmente necessita conviver e interagir com as máquinas, com os recursos educativos, ter acesso e treinamento específico, adequado e contínuo no que diz respeito às mídias e tecnologias socioeducativas.





Como acontece a inserção de docentes e discentes nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), no que se refere ao aproveitamento do tempo e do espaço cibercultural pedagógico com maior produção de trabalhos, mais rentabilidade e acesso simultâneo a várias competências operacionais em termos técnico-educativos? Como se inter-relaciona saber clássico normativo e saber virtual tendo-se em vista a inserção e inclusão do sujeito que ensina e aprende?

2. Tecnologias, Educação e Inclusão Digitais

A atual sociedade da informação e comunicação legitima e reconhece os direitos de quem ensina e de quem aprende, quando entende-se que quem ensina e/ou aprende pode se fazer presente num determinado espaço-tempo fisicamente ou virtualmente. Cada um pode ensinar ou estudar onde estiver no tempo que puder (DEMO, 2010). A revolução, em curso, definida pela tríade economia-tecnologia-telecomunicação, implementada pela geopolítica de uma sociedade global exige capacitação constante dos sujeitos que ensinam e que aprendem. Estes sempre precisarão manusear competentemente os recursos tecnológicos nas mais diversas situações (CASTEL, 2005; IANNI, 2002).

A tecnologia é sem dúvida a mola mestre que impulsiona o modo de produção ao longo da história do homem no planeta. Sem dúvida, a modernidade tecnológica alarga as relações do homem para com o homem ultrapassando as inúmeras barreiras do mundo contemporâneo, sejam elas, geográficas, culturais, políticas ou econômicas (BAUMGARTEM; TEIXEIRA; LIMA, 2007, p. 417).

Não se pode ignorar que há uma revolução em curso, pois os desdobramentos das transformações tecnológicas, sobretudo as da informação e comunicação, são percebidas através da aceleração e instantaneidade de como as novas tecnologias se subscrevem na percepção do espaço/tempo. Estas novas tecnologias imprimem no tecido social, novas formas de deslocamentos, socioeconômico e sociocultural na apropriação do saber. O fato é que a cultura contemporânea fortemente marcada pelas novas tecnologias (cibercultura) redimensionou as relações do homem para com o homem, inclusive na forma de se relacionar, interagir e construir o conhecimento (LÉVY, 1999).

É fato que a sociedade atual exige que se domine os aparatos tecnológicos, sob pena de se ficar à margem do processo produtivo e enxertar-se a soma dos “supranumerários”, pois a sociedade ciber-cultural demanda incessantemente uma maior produção de trabalhos com maior aproveitamento do tempo (BAUMGARTEM; TEIXEIRA; LIMA, 2007, p. 426). Esta relação paradigmática responde aos imperativos da sociedade moderna e de um mundo “modernoso” que se constitui baseada nos princípios da nova ordem mundial que zela primordialmente pelos interesses e propósitos do projeto político econômico ciber-liberal que há muito impôs seus domínios além-mar através de suas variantes tecnológicas, sempre no percurso de um processo interligado, mundializado, antenado, virtualizado.

A raiz ciber refere-se a universos virtuais, que surgiram, obviamente, por serem concebidos pelo homem, mas que ultimamente são gerados por máquinas, evoluindo com ou sem interação com os humanos. Cibermundos, cibernauta, ciberpirata, ciber-sociedade, cibereconomia, cibercafés e uma infinidade de novos termos constituem o vocabulário





daqueles que utilizam o espaço virtual. Procurando o termo CYBER na própria internet, através de uma “navegação”, que poderia ser chamada de consulta, encontrei a afirmativa de que a palavra deriva do grego e significa “PILOTO”, o condutor de uma nau. Realmente a afirmação anterior passa a significar algo no contexto que estamos descrevendo. Uma cultura de navegação, um ciberespaço, a possibilidade de encontrar caminhos que podem ser traçados e retraçados a cada comando em ferramentas tecnológicas que passam a integrar funções antes existentes em diferentes aparelhos. Hoje o sinônimo de moderno é o instrumento que agrega múltiplas funções, até mesmo aquelas que não precisamos e mesmo muitas que nem sabemos para que sirvam. Mas “ser” moderno é somente ter o que existe de “novo”? Vivemos em um mundo modernoso! (MAGALHÃES JÚNIOR, 2011, p. 688-689).

No campo do desenvolvimento é a educação digital que promove à apropriação do conhecimento tecnológico, o desenvolvimento de competências e habilidades que objetivamente definem a qualificação e a inserção dos sujeitos no mundo produtivo. Neste sentido é que atualmente ouve-se falar dos chamados “nativos digitais” – jovens que já nascem e crescem rodeados de equipamentos tecnológicos e os usam ensinando, estudando, divertindo-se, relacionando-se, comprando, vendendo etc., no entanto, os ditos “imigrantes digitais” – sofrem diante a necessidade de saber manusear essas ferramentas, pois são estrangeiros no território da cibercultura, posto que não tiveram fácil acesso aos equipamentos digitais por razões inúmeras, tais como: econômicas, culturais, temporais ou por dificuldades outras, mas que diante a necessidade de se saber utilizar as ferramentas tecnológicas e os espaços digitais procuram adapta-se a nova realidade (MEC, 2008).

Efetivamente, os pressupostos tecnológicos viabilizam a construção dos suportes necessários para que as arquiteturas sociais sejam edificadas democraticamente. Com efeito, entende-se que deste modo são articulados e empreendidos os instrumentos e mecanismos que provocam o desenvolvimento dos sujeitos sociais na política, na economia e muito, especialmente, na educação tecnológica que sempre ressignifica as prerrogativas dos sujeitos sociais no âmbito do Estado no que tange de modo peculiar inserção produtiva e a inserção social.

A informação re-significada pela nova mídia reflexiva digital apresenta-se cada vez mais, como um resultado de pasteurização do mundo realizada por mediações de estruturas semi-reflexivas, o que gera, também progressivamente, uma complexa sintetização digital da realidade. (BAUMGARTEM; TEIXEIRA; LIMA, 2007, p. 426).

É preciso pensar que, proporcionalmente, as novas tecnologias podem e devem ser corporificadas a práxis do sujeito que ensina e que aprende no âmbito do saber; seja, o saber formal ou o saber informal; sempre, de forma crítica e criadora, redimensionando e arquitetando sempre o novo, tanto no espaço virtual, tanto no espaço real, ou seja, nos extramuros do controle que transgride o determinismo político-tecnológico engendrados pelos abusos neoliberais, posto que





É fundamental que as crianças tenham na escola a oportunidade de lidar com as novas tecnologias para que na condição de sujeitos da aprendizagem, consigam dar conta delas como instrumentos avançados de manejo da informação e novas linguagens. (DEMO, 2010, p. 160-161).

Infelizmente, observa-se que as políticas públicas no âmbito da inclusão digital nas escolas brasileiras não conseguem acompanhar de forma plena a demanda socioeducativa digital que incrementa a qualificação, a inserção produtiva e a inserção social. Essa realidade deve-se a várias razões, especificamente ao passado histórico de exploração e de dependência econômica às nações de economias desenvolvidas.

Nesse sentido, ao se considerar o tempo atual como um período “técnico-científico-informacional” (ELIAS, 2006, p. 115), percebe-se que o Brasil padece de um atraso de inserção produtiva intenso por falta de um desenvolvimento científico e tecnológico inerente a sua própria formação sócio-histórica. Não somente o Brasil, mas todos aqueles territórios que foram palco de colonizações expropriadoras e excludentes. Essas nações, consideradas de Terceiro Mundo, não tem conseguido acompanhar o trotar do desenvolvimento tecnológico e produtivo desse novo tempo. Esses países necessitam de reestruturação, integração e renovação de suas forças técnico-produtivas.

Dentre os vetores de promoção e explicação da arquitetura da globalização, temos um grande processo de reestruturação da produção e do território de todos os países, especialmente no grupo de estados historicamente classificados de Terceiro Mundo; naturalmente, com intensidades e complexidades distintas, para isto sendo importante a interação do novo com o velho, o poder do Estado e do mercado, a forma de interação dos novos fatores da produção com os elementos de estruturação do espaço [...]. Uma das características desse novo sistema temporal associa-se à possibilidade de incorporação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção, fazendo com que a velocidade de renovação das forças produtivas seja muito mais acelerada do que em todo o restante da história. (ELIAS, 2006, p. 115).

As possibilidades reais da inclusão digital e social, qualificação e inserção produtiva dependem e muito do redimensionamento do ensino-aprendizagem com as novas tecnologias. Essa proximidade dos sujeitos não pode e não deve ser pensada apenas teoricamente, mas deve se tornar uma política pública efetiva e de direito consubstancialmente adquirida, especialmente no contexto dos ambientes colaborativos de educação, primando-se assim, por uma educação pública de qualidade, democrática e integrada ao fenômeno cibercultural.

Discute-se muito, a forma como o sistema escolar brasileiro atual, tem ministrado o conhecimento digital. Não obstante, afirma-se que este não atende as necessidades básicas dos agentes e sujeitos educacionais, por isso é que se propõe que haja um compromisso e uma integração entre as várias instâncias que atuam no campo da educação, em especial a educação básica, tendo-se em vista que é pelo portal da educação que se fomenta e media as relações do saber, especialmente o saber tecnológico.

É considerada relevante a necessidade de se compreender que a educação e a inserção social não são instâncias estanques. A relação entre a qualificação e a inserção





produtiva no contraponto com o saber técnico deve ser pensado de forma primordial no que se refere à aplicação na práxis socioeducacional. É refletido e considerado que os sistemas pelos quais se vive, há muito entraram em crise. Contudo, a educação, em especial a educação formal ainda constitui o caminho pelo qual se pode construir e reconstruir novos saberes, uma nova sociedade, um novo desenvolvimento, um novo mundo, uma nova humanidade; com o conhecimento, com a criação, com o imaginário, com o simbólico, com o expressivo, com o material e o espiritual. Esses elementos se entrelaçam e tecem as teias e redes sociais que podem fazer frente ao poder instituído e ao poder midiático, haja vista que, são eles que simulam e suprimem as várias formas de expressão que legitimam os fios e veios pelos quais constituem o ser que significa e ressignifica continuamente o mundo real e o mundo virtual.

É certo que a educação promove a inserção social e por consequência a inserção do sujeito no mundo do trabalho que passa a desempenhar com muito mais sucesso as competências e habilidades operacionais demandadas pela sociedade contemporânea no contexto sócio, político, econômico cultural e educacional. Estas seguem correlacionando-se e se ressignificando no caminho que induz o sujeito a construir os sentidos que fomentam os papéis sociais nas mais variadas circunstâncias e campos do saber.

Entende-se que à medida que o homem domina as novas tecnologias ele tem acesso aos bens e valores culturais materiais e imateriais que são socialmente construídos. Com efeito, as relações, os valores e atitudes dos sujeitos são otimizados à medida que se consolidam e entrelaçam as políticas públicas de inclusão e educação digital. Essas indubitavelmente promovem a qualificação e a inserção produtiva e social. Todavia, os indivíduos necessitam se qualificar requalificando-se de maneira contínua para estarem incluídos socialmente e usufruírem dos bens ciberculturais socialmente produzidos.

[...] nos domínios mais avançados da organização do trabalho, inteiramente dominados pelas novas tecnologias (“nova economia”, “net-economia”, “revolução informacional”, etc.). Mas são os setores mais dinâmicos, e as exigências que eles exemplificam também são impostas, numa medida variável, na maioria dos domínios da produção. Em vez de opor formas modernas e formas tradicionais ou arcaicas de organização do trabalho, é preciso antes colocar o acento na ambiguidade profunda deste processo de individualização-descoletivização que atravessa as configurações mais diferentes da organização do trabalho e afeta, ainda que sob formas e graus diversos, praticamente todas as categorias de operadores, do operário especializado ao criador de *start-up*. (CASTEL, 2005, p. 47, *sic*, grifos do autor).

Em razão da evolução tecnológica em curso as instituições educacionais enfrentam mudanças constantes dentro do paradigma da modernidade, por isso como instituições do saber procuram acompanhar a velocidade das mudanças socioeducacionais. Uma das mudanças que se consolidam de vez são as de uso da informação e da comunicação relativas a construção do saber no nível do ciberespaço em todos os seus desdobramentos e dinâmica que envolvem as tecnologias, quer sejam no plano real ou no plano virtual. Deste modo, é imprescindível ao atual educador ter perícia no uso de aparelhos eletrônicos, sobretudo computadores e seus derivados com o objetivo de otimizar sua prática pedagógica. Assim, a





Constituição Federal vigente estabelece que “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas” (ART. 218) (BRASIL, 1988).

Certamente, não se pode ignorar os desdobramentos das transformações tecnológicas, nem a aceleração e instantaneidade de como estas inscrevem-se no espaço-tempo, visto que, o desenvolvimento da técnica não provoca somente processos de emancipação humana, mas também novos processos de manipulação do homem pelo homem ou dos indivíduos pelas entidades sociais (MORIN, 2010).

Postando assim, dá-se conta que é preciso fazer uma releitura do significado do conhecimento e das novas formas de apreensão e apropriação desse conhecimento. A aquisição de uma nova linguagem, que decifre a complexidade vigente convida, instiga e desafia os sujeitos que ensinam e que aprendem a alcançar os domínios dos saberes múltiplos que norteiam a expectativa de novos paradigmas, de uma nova visão de mundo, do homem e da condição humana, numa política de cosmovisão que conjuga os espaços real e virtual no contexto da cibercultura, fazendo surgir, assim, novos paradigmas de inclusão e de inserção socioeducacional e socioproductivo.

É racional discutir-se nesse trabalho o significado de educação inclusiva digital como categoria maior, haja vista que, a educação inclusiva está vinculada ao conceito de sociedade inclusiva, ou seja, aquela que não elege, classifica ou segrega indivíduos, mas, modifica seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se acessível a todos. Desse modo, as políticas públicas de educação inclusiva, incluindo aí a digital, estabelece um novo olhar sobre a igualdade e as diferenças nos sistemas educacionais, alterando o fazer didático-pedagógico, potencializando a capacidade que todos têm de ensinar, aprender, interagir e participar com compromisso e responsabilidade social no mundo tecnológico-informacional (SEYMOUR, 1994; COSCARELLI; RIBEIRO, 2005; ARAÚJO; BIASI-RODRIGUES, 2005; MORIN, 2007; GANDELMAN, 2007; SILVA, 2008; DIÁRIO DO NORDESTE, 13/JUL/09).

É preciso pensar que, proporcionalmente, as novas tecnologias podem e devem ser corporificadas a práxis do sujeito que ensina e que aprende no âmbito do saber; seja, o saber formal ou o saber informal; sempre, de forma crítica e criadora, redimensionando e arquitetando sempre o novo, tanto no espaço virtual, tanto no espaço real, ou seja, nos extramuros do controle que transgride o determinismo político-tecnológico engendrados pelos abusos neoliberais, posto que,

É fundamental que as crianças tenham na escola a oportunidade de lidar com as novas tecnologias para que na condição de sujeitos da aprendizagem, consigam dar conta delas como instrumentos avançados de manejo da informação e novas linguagens. Saber pensar não pode ser apenas à antiga. Torna-se crucial exercitar o saber pensar com apoio das novas tecnologias, para que possamos nos manter em controle delas (DEMO, 2010, p.160-161).

Infelizmente, observa-se que as políticas públicas no âmbito da educação digital nas escolas brasileiras não conseguem acompanhar de forma plena a demanda socioeducativa digital que incrementa a qualificação, a inserção produtiva e a inserção social. Essa realidade deve-se a várias razões, especificamente ao passado histórico de exploração e de dependência econômica às nações de economias desenvolvidas.





3. Educação e letramento digital

A educação e o letramento digital, no contexto da sociedade inclusiva, cruzam-se e inter cruzam, haja vista que as duas categorias são mediadas pela informação e pela comunicação entre os sujeitos sociais que ensinam, aprendem e produzem bens culturais em geral e com os recursos da informática. Como se sabe a palavra informática é uma palavra derivada da palavra informação. Contudo, ao longo do tempo essa palavra foi agregando valores, de modo que, no contexto atual representa a “ciência e a técnica de tratar informação por meio do uso de computadores e demais dispositivos de processamento de dados” (HOUAISS, 2004, p. 416) que sempre são transformados em informações e, em geral, ficam disponíveis no mundo virtual podendo ser acessados através de um dado sistema operacional conectado à internet. Para tanto, o desenvolvimento de um sistema operacional via programas de softwares, respectivamente, garantem a operacionalização da informação em ambientes virtuais constituídos por hardwares que compõem máquinas do tipo computadores.

As máquinas – computadores, em português – podem ter enormes capacidades de armazenagens e uma prodigiosa rapidez de execuções nas tarefas a elas destinadas. As tarefas são definidas por programas – séries de instruções dadas à máquina numa linguagem que lhe é própria, conhecidos como software. Os computadores executam, mas também assistem a sua elaboração, ao permitir o recenseamento de dados extremamente amplos ou simulações de operações. Estão associados à investigação científica e à criação artística bem como à gestão (ARÉNILLA, et. al., 2000, p. 248).

Com efeito, a educação para o letramento digital consiste no domínio dessas máquinas chamadas de computadores (LÉVY, 1999). Tais máquinas apresentam como suporte básico um hardware e um software. O hardware é a parte material e o software é a parte imaterial (virtual). É como se tivesse uma verdadeira máquina humana constituída de corpo e alma. Os elementos essenciais que formam o hardware são: monitor, teclado, drives, memórias, placas, estabilizador, impressora, scanner, câmera, mouse, gabinete, além de outros sistemas operacionais. O software é o sistema operacional constituído pelos diversos programas que serão utilizados no desenvolvimento de diversos trabalhos, e que podem oferecer os seguintes aplicativos: navegadores, correio eletrônico, editor de texto escrito, wiki, editor de imagem fixa, sonora e audiovisual, editor de apresentações, editor de páginas, web, planilhas, blogs e muitos outros aplicativos que operacionalizam tarefas de natureza científica-acadêmica ou uma simples tarefa escolar. Esses aplicativos apresentam as principais instruções e operações que são executadas pelo software (MEC/SEED-2008).

Epistemologicamente a tecnologia digital refere-se às questões e processos relativos a digitalização do mundo e da experiência humana (JUNQUEIRA, 2011).

A digitalização do mundo e da experiência humana envolvendo os conhecimentos científicos, processos e métodos na criação de bens e serviços que envolvem as tecnologias da informação e da comunicação no campo dos recursos educativos, no mundo





contemporâneo, são operacionalizadas através dos recursos de hardwares e softwares (LÉVY, 1999).

Tais questões, diante do panorama cibercultural, denotam as seguintes discussões: a educação e inclusão digitais consistem no processo de se inserir determinados sujeitos em situação de exclusão que por razões educacionais, sociais, políticas, econômicas e culturais não tem ou não tiveram acesso as tecnologias da informação nem participam de usos e costumes mediados pelas tecnologias digitais contemporâneas (COSCARRELLI, 2005).

Nesse contexto, o uso de computadores representa sempre um paradigma de processamento e armazenamento de informações com aproveitamento de um espaço tempo que determina uma otimização dos custos e da produção do trabalho pedagógico.

A alfabetização digital focada no preâmbulo do letramento digital e na inserção dos sujeitos sociais que ensinam e que aprendem essa nova faceta do mundo letrado, requer do sujeito aprendiz, competências e habilidades específicas, tipo: saber digitar, conhecer as ferramentas de um computador sabendo utilizar seus inúmeros recursos, como definição de fontes, formatação de texto, operacionalização de planilhas, saber navegar no oceano de possibilidades oferecidas pela cultura digital. “Pode-se dizer que o letramento digital, então, implica tanto a apropriação de uma tecnologia, quanto o exercício efetivo das práticas de escrita que circulam no meio digital” (FRADE, 2005, p. 60).

Contudo, é o preâmbulo da inclusão digital que possibilita o desenvolvimento das habilidades e competências básicas ao letramento digital. Portanto, a inclusão digital é a democratização e o acesso às tecnologias da informação de forma irrestrita e com a práxis de melhoria das condições sociais (COSCARRELLI; RIBEIRO, 2005).

É que inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia. A expressão nasceu do termo “digital divide”, que em inglês significa algo como “divisória digital”. Hoje, a depender do contexto, é comum ler expressões similares como democratização da informação, universalização da tecnologia e outras variantes parecidas e politicamente corretas [...]. Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores. Como fazer isso? Não apenas ensinando o bê-á-bá do informatiquês, mas mostrando como ela pode ganhar dinheiro e melhorar de vida com ajuda daquele monstro de bits e bytes que de vez em quando trava. (REBÊLO, 2005, online).

Ao longo da história da produção do conhecimento e do desenvolvimento da técnica, testemunham-se diferentes formas de apreensão e apropriação desse conhecimento e desse saber técnico. Inicialmente vivenciou-se a cultura oral. Num momento posterior vivenciou-se a cultura escrita. A transição entre a cultura oral e a cultura escrita criou um grande aglomerado de analfabetos marcadamente excluídos. Por sua vez, o fenômeno da cibercultura, também fabrica seus excluídos que por não terem acesso à educação digital se tornam “supranumerários ou inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998, p. 496).

Com efeito, a falta ou a inabilidade de acesso ao mundo tecnológico, especialmente o da educação digital, pode ser considerada uma exclusão, pois, “A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade





tomada como um todo” (CASTEL, 1998, p. 569). São cidadãos globais, apenas aqueles que podem pagar por isso. Sob essa ótica, ter-se-ia a dupla exclusão. “A exclusão cultural pela não adaptabilidade à nova práxis do conhecimento, e a exclusão econômica – aquele que tem condições faz parte, quem não tem, fica de fora” (SILVA, 2008, p. 69).

Neste sentido, os pressupostos de sociedade, educação e inclusão digitais, neste trabalho, sugerem que essas categorias são específicas e peculiares para a formação de qualquer sociedade letrada e tecnologicamente desenvolvida. Deste modo, estas, podem promover a apropriação do saber e da técnica. Substancialmente, esses pressupostos promovem a inserção do indivíduo; a inserção no mundo do trabalho; a inserção no mundo informacional; a inserção no mundo cibercultural, enfim, a inserção social. O que não implica, necessariamente, afirmar que no contexto da inclusão e da inserção discutidas neste trabalho o indivíduo esteja resguardado das armadilhas e artimanhas de um sistema socioeconômico “ciber-liberal” que em sua gênese engendra a manipulação e a expropriação dos sujeitos, especialmente dos sujeitos com potencial produtivo.

4. Considerações finais

Antes de lançar alguns juízos de valor como considerações finais sobre este trabalho faz-se necessário deixar posto que uma pesquisa de caráter acadêmico-científica nunca se pode dar por pronta e acabada. Sabe-se que as verdades são sempre parciais e suas validações no âmbito científico são também contextuais. Deste modo, esta escrita está aberta às críticas e sugestões que por ventura outros pesquisadores venham a declinar.

A educação e a inclusão digitais devem ser priorizadas visando a aplicabilidade e garantia dos direitos coletivos conquistados de maneira a minimizar as várias formas de exclusão, sobretudo a tecnológica digital. Neste sentido, a necessidade de qualificar e requalificar os agentes educacionais no que diz respeito ao uso das mídias digitais é uma realidade irreversível. A sociedade contemporânea exige esse tipo de profissionais. Vive-se de forma conectada e sistematizada dentro de um mundo cada vez mais aproximado das mídias que não param de ser redimensionadas e dinamizadas no tocante a sua eficácia, sobretudo no mundo do trabalho.

Nesse sentido, percebe-se que o ambiente mais propício a qualificar os sujeitos sociais é exatamente as escolas. Deste modo, o fomento às políticas públicas de educação e inclusão digitais deve ser direcionado aos agentes educacionais com a meta de formá-los e capacitá-los dentro de uma dinâmica multiplicadora constante e atualizada.

O que se conclui, por fim, é que se fazem necessários mais incentivos e um maior acompanhamento por parte dos gestores no tocante ao uso correto das mídias digitais pelos agentes educacionais das escolas brasileiras. Enquanto não houver uma consciência de que o uso adequado das TIC no ensino-aprendizagem é capaz de proporcionar um ensino mais prazeroso, avançado e capaz de profissionalizar os discentes esses desafios não serão superados. Os cursos de formação devem ser repensados e oferecidos com tempo disponível incluído na própria jornada de trabalho e estudo dos agentes educacionais.

Referências





ARAÚJO, Júlio César; BIASI-RODRIGUES, Bernadete (Orgs.). **Interação na Internet: novas formas de usar linguagens**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ARÉNILLA, Luís et. al. **Dicionário de Pedagogia**. Tradução de Maria Teresa Serpa. Instituto Piaget. Atlas e Dicionário. Lisboa: 2000.

BAUMGARTEM, Maíra; TEIXEIRA, Alex Niche; LIMA, Gilson. Sociedade e Conhecimento: tecnologias e desafios para a produção de conhecimento nas Ciências Sociais. In: **Sociedade e Estado**/Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. v. 22, n. 2, mai./ago./2007.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado, 1988.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____; **A insegurança social; o que é ser protegido?** Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____; **Diário do Nordeste**, 13/Jul./2009, - Regional, p. 01.

COSCARELLI, Carla Viana, RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Ceale, 2005. – (Coleção Linguagem e Educação).

DEMO, Pedro. **Saber Pensar é Questionar**. Brasília: Liber Livro, 2010.

ELIAS, Denise. Globalização e novos espaços agrícolas no Nordeste brasileiro. In: COSTA, Liduína Farias Almeida; FROTA, Horácio da Silva et. al. (Orgs.). **Políticas Públicas e Dinâmicas Institucionais**. Fortaleza: EDUECE, 2006.

FRADE, Isabel Cristina A. da Silva. Alfabetização digital: problematização do conceito e possíveis relações com a pedagogia e com aprendizagem inicial do sistema de escrita. In: COSCARELLI; Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005.

GANDELMAN, Henrique. **De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital**. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 10. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JUNQUEIRA, Eduardo S. Epistemologias digitais e comunidades de prática: problematizando a inclusão digital difusionista e tecnicista. In: SANTANA, José Rogério et. al. (Orgs.). **Inovações, Cibercultura e Educação** – Fortaleza: Edições UFC, 2011.





LÉVY, Pierre. **Cibercultura**; tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano. Cibercultura e educação: desafios na formação dos professores/pesquisadores de história. In: VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula et. al. (Orgs.). **Cultura, Educação, Espaço e Tempo**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. – Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____; **Ciência com consciência**. 13. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

REBÊLO, Paulo. **Inclusão digital**: o que é e a quem se destina? Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br>> Acesso em 25 abr.2012.

SILVA, Mozart Linhares da (Orgs.). **Novas tecnologias**: educação e sociedade na era da informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

